

### **Aquisição de serviços de consultadoria e mediação ou corretagem de seguros**

## **PARTE I – CLAÚSULAS JURÍDICAS**

### **Cláusula 1.ª - Objeto**

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a contratação da **Aquisição de serviços de consultadoria e mediação ou corretagem de seguros**, com a contraprestação da atribuição em regime de exclusividade da mediação, em modalidade de corretagem ou de mediação não ligada, dos contratos de seguro, tal como definida no Regime Jurídico da Distribuição de Seguros, constante da Lei 7/2019, de 16 de janeiro, em conformidade com as condições definidas no Caderno de Encargos.

2 – É abrangido pelo contrato o desenvolvimento das atividades legalmente atribuídas ao corretor/mediador de seguros, no exercício da atividade de mediação, de forma independente e imparcial face às empresas de seguros e, a gestão da execução desses contratos, em especial em caso de sinistro e, sempre que solicitado, o apoio nos procedimentos de contratação pública que o Município de Amarante promova, nos termos e condições definidas neste caderno de encargos.

### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1 - O Contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, quando haja lugar à sua redução a escrito.

2 – Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem indicada no número seguinte.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª - Prazo do Contrato**

- 1 – O contrato inicia com a sua assinatura e mantém-se em vigor pelo período de 24 meses.
- 2 – No dia seguinte à outorga do contrato iniciar-se-á a assessoria ao Município, nas operações de revisão do programa de seguros implementado, bem como na preparação dos documentos necessários ao desenvolvimento do procedimento de contratação, visto tal assessoria se revelar imprescindível em função da natureza das prestações objeto do contrato.
- 3- O contrato manter-se-á em vigor até ao seu termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do mesmo, designadamente o encerramento de processos que, à data, se encontrem pendentes.

### **Cláusula 4.ª – Obrigações do prestador**

- 1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador as seguintes obrigações principais:
  - a) Execução das prestações, em perfeita observância das normas vigentes e que se relacionem com o objeto do contrato e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo, lealdade e competência.
  - b) Não assumir em seu próprio nome a cobertura de riscos;
  - c) Cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade seguradora e à atividade de mediação de seguros e não intervir na celebração de contratos que as violem;
  - d) Assistir correta e eficientemente os contratos de seguro em que intervenha, coadjuvando os técnicos municipais em todas as matérias relacionadas com eles relacionadas;
  - e) Diligenciar no sentido da prevenção de declarações inexatas ou incompletas pelo Município de situações que violem ou constituam fraude à lei ou que indiciem situações de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
  - f) Guardar segredo profissional, em relação a terceiros, dos factos de que tome conhecimento em consequência do exercício da sua atividade;
  - g) Exibir o certificado de registo como corretor de seguros ou mediador não ligado sempre que tal lhe seja solicitado por qualquer interessado ou indicar o sítio oficial em que o mesmo pode ser consultado;
  - h) Manter atualizado registo dos contratos de seguros de que o Município seja tomador;
  - i) Manter atualizada a lista com a identificação das pessoas diretamente envolvidas na execução do contrato;
  - j) Informar sobre riscos a cobrir e das suas particularidades;
  - k) Informar e propor alterações relativas a âmbitos de cobertura e otimização das condições dos contratos;

l) Informar sobre todos os factos de que tenha conhecimento e que possam influir na regularização de sinistros.

m) Informar, nos termos fixados por lei e respetiva regulamentação, os direitos e deveres que decorrem da celebração de contratos de seguro;

n) Aconselhar, de modo correto e pormenorizado e de acordo com o exigível sobre a modalidade de contrato mais conveniente à transferência de risco;

o) Não praticar quaisquer atos relacionados com um contrato de seguro sem informar previamente o Município e obter a sua concordância.

p) Assegurar que as pessoas diretamente envolvidas na execução do contrato mantêm um nível adequado de desempenho mediante o cumprimento dos requisitos de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo;

q) Não alterar a constituição da Equipa proposta salvo a ocorrência de motivo de força maior, que será sempre objeto de apreciação e decisão do Município e, caso seja necessário requerer qualquer substituição garantir que a experiência e habilitação do elemento ou elementos a substituir, cumprem iguais condições às identificadas na proposta, em cumprimento do disposto no artigo 313º do CCP.

2 – Decorrem, ainda, especial e nomeadamente, as seguintes obrigações:

a) Execução de um quadro de referência e de recomendações a implementar na gestão interna e externa de riscos;

b) Assistência na elaboração de peças de procedimento, nos termos do Código dos Contratos Públicos, tendo em vista a transferência de riscos para o mercado segurador, quando solicitado.

3 – É da responsabilidade do prestador dotar-se de todos os meios que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, e necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4 – O prestador obriga-se a fazer o reporte anual das comissões recebidas ao Gestor do Contrato.

### **Cláusula 5.ª - Conformidade da prestação**

1 – A prestação será realizada em completa observância do prescrito neste caderno de encargos e na proposta apresentada.

2 – O prestador é responsável perante o Município por qualquer discrepância verificada entre as condições de contratação de apólices de seguro por si definidas e as efetivamente contratadas, quando tal colocação tenha sido da responsabilidade do prestador.

### **Cláusula 6.ª - Forma de prestação de serviços**

1 – Para a execução do contrato compete ao prestador definir e implementar o modo de execução e organização dos serviços abrangidos pelo contrato, nela incluindo recursos humanos

com experiência e qualificação adequada ao cumprimento das obrigações previstas, designadamente, da cláusula 4.ª.

2 – A equipa a afetar à execução dos serviços deverá, preferencialmente, constituir-se por elementos com relação de subordinação ao concorrente, em número não inferior a 2 (dois) nem superior a 4 (quatro), com comprovada qualificação ou experiênciana área contratada.

3 – Independentemente do modelo e organização da proposta, no acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços ficará obrigado a comparecer sempre que solicitado ou com a periodicidade a acordar.

4 – No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos durante a execução do contrato.

5 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 7.ª - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

O prestador de serviços deve entregar ao Município, ou a terceiro para o efeito por ele designado, todos os documentos que deva produzir ao abrigo do contrato e prestar toda a colaboração e todos os esclarecimentos necessários.

#### **Cláusula 8.ª - Conformidade e garantia da prestação**

O prestador de serviços fica sujeito, no que se refere aos elementos a entregar durante a execução do contrato, ao cumprimento de todas as exigências legais em vigor à data, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 9.ª - Dever de sigilo**

1 – O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Proteção de Dados Pessoais**

1- O prestador de serviços compromete-se a tratar os dados pessoais a que tenha acesso por força do contrato de forma a assegurar o cumprimento integral da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD), bem como na lei nacional e comunitária que regule a matéria.

2-O prestador de serviços obriga-se a implementar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados pessoais transmitidos, armazenados ou de outra forma tratados.

3-O prestador de serviços deve tratar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades específicas de mediação e corretagem de seguros, em estrito cumprimento das instruções da entidade contratante e em conformidade com a legislação aplicável. A utilização dos dados pessoais para fins distintos daqueles previstos no presente contrato não será permitida, salvo se obtido o consentimento explícito do titular dos dados ou se for necessário por força da legislação aplicável.

4-O prestador de serviços deverá assegurar que apenas os seus colaboradores que necessitem de aceder aos dados pessoais para a execução dos serviços contratados terão acesso a esses dados, e que tais colaboradores se encontrem devidamente formados e sensibilizados para a proteção de dados pessoais.

5-O prestador de serviços deverá, sempre que solicitado pela entidade contratante, demonstrar o cumprimento das suas obrigações de proteção de dados, incluindo a disponibilização de relatórios e documentos relativos às medidas adotadas para garantir a segurança e confidencialidade dos dados pessoais.

6-Caso o prestador de serviços subcontrate o tratamento de dados pessoais a terceiros, deverá garantir que o subcontratado cumpre as mesmas obrigações de proteção de dados pessoais, através da celebração de um acordo escrito, e que o subcontratado trataria os dados pessoais apenas de acordo com as instruções da entidade contratante.

7-O prestador de serviços compromete-se a notificar imediatamente a entidade contratante sobre qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a, acessos não autorizados, e a tomar as medidas necessárias para mitigar os efeitos do incidente.

8- Após a execução do contrato ou em caso de solicitação da entidade contratante, o prestador de serviços deverá garantir que os dados pessoais sejam devolvidos ou destruídos, conforme acordado, de acordo com a legislação aplicável.

### **Cláusula 11.ª - Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 12.ª - Obrigações do Município**

1 – Constituem obrigações do Município:

- a) Conceder ao prestador a exclusividade na mediação/corretagem dos contratos de seguros que celebre durante a vigência do contrato;
- b) Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas as informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco inerente aos contratos a celebrar;
- c) Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas às Empresas de Seguros, a título de prémio de seguro e de quaisquer outros encargos da sua responsabilidade;
- d) Reunir com o prestador sempre que tal lhe seja solicitado.

### **Cláusula 13.ª - Preço contratual**

1 – Pela prestação dos serviços, objeto do presente procedimento, o adjudicatário será, nos termos da alínea c), do artigo 23.º, do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros remunerado diretamente pela(s) empresa(s) de seguros que detenham ou venham a assumir a posição de adjudicatária(s) no procedimento em curso, não procedendo, em caso algum, o Município à atribuição de qualquer remuneração.

2 – Não havendo lugar ao pagamento de um preço contratual, não existe, consequentemente, definição de preço base, sendo definido, no entanto, como limite do benefício económico que poderá resultar para o adjudicatário, com a execução do contrato, o montante de 75.000,00€, enquanto limiar resultante do procedimento adotado, nos termos conjugados da alínea c) do nº 1 do artigo 20º, com o disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 17º do CCP.

3 – Caso a remuneração prevista no nº 1 atinja o limiar indicado no nº 2, deve o prestador de serviços informar a entidade adjudicante desse facto, ocorrendo a cessação imediata do contrato, devendo, contudo, apresentar um relatório das atividades desenvolvidas e respetiva remuneração obtida.

4 – Todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente os relativos a transportes, deslocações e outros recursos técnicos ou humanos, consideram-se abrangidos pelo disposto no nº 1.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Penalidades Contratuais**

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
- b) - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- c) - A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- d) - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual da entrega dos bens a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;



e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.ª - Resolução por parte do contraente público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada para a sede do adjudicatário, através de carta registada com aviso de receção.

#### **Cláusula 17.ª - Resolução por parte do adjudicatário**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 332º do CCP.

#### **Cláusula 18.ª - Seguro**

1 - É da responsabilidade do prestador a cobertura, através de contratos de seguro, a cobertura dos riscos de Acidentes de Trabalho dos colaboradores afetos ao contrato e de Responsabilidade Civil Profissional, nos termos da legislação em vigor.

2 - O Município pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador apresentá-la no prazo de 10 dias.

#### **Cláusula 19.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 20.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 - Não é permitida a cessão da posição contratual.

2 - A subcontratação no decurso da execução do contrato carece de autorização do contraente público, nos termos do artigo 318º e 319º do CCP.

#### **Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas, nos termos do artigo 468º do Código dos Contratos Públicos, através do correio eletrónico.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 22.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 23.ª - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atualizada, e o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.